

RE no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.528.662 - MG (2019/0180479-0)

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
RECORRENTE : JOSÉ EMÍDIO DA SILVA FILHO
ADVOGADO : EUSTAQUIO EMÍDIO DA SILVA - MG092187N
RECORRIDO : MÁRCIA LÚCIA ELLER SANTOS
ADVOGADOS : SILAS GONÇALVES GUIMARÃES - MG122327
OSMAR SILVA NUNES - MG036208N

EMENTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO DAS CUSTAS RECURSAIS (PREPARO). INTIMAÇÃO PARA A REGULARIZAÇÃO. MONTANTE INFERIOR AO DEVIDO. ENTE BENEFICIÁRIO INCORRETO. REITERAÇÃO DA PARTE NO EQUÍVOCO. DESERÇÃO. RECURSO NÃO ADMITIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por JOSÉ EMÍDIO DA SILVA FILHO, com fundamento no artigo 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra decisão monocrática proferida pelo Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, que conheceu do agravo para não conhecer do apelo especial (fls. 331/333).

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 335/352), sustenta o recorrente que está presente a repercussão geral da questão tratada e que houve ofensa ao disposto no artigo 5º, incisos LV e LXXIII, da Constituição Federal.

Alega, para tanto, que "o STJ não considerou as provas produzidas suficientes para a formação de seu convencimento, entendendo necessária ou útil para julgar provido o Recurso Especial" (fl. 340).

Ainda, aduz que "não existe a possibilidade, portanto, do juiz deixar de levar em consideração uma prova efetivamente produzida somente porque seu responsável não tinha o ônus de produzi-la" (fls. 346/347).

Decorreu o prazo sem o oferecimento das contrarrazões, conforme certidão acostada à fl. 360.

Ocorre que, em um primeiro momento, foi proferido despacho nos seguintes termos (fl. 362):

Da análise dos autos, evidencia-se que, conquanto o recorrente tenha pleiteado a concessão do benefício da justiça gratuita na petição do recurso extraordinário (fl. 339), não juntou declaração de hipossuficiência por ele subscrita ou qualquer documento comprobatório da insuficiência de recursos.

Ademais, constata-se que o Tribunal *a quo* indeferiu tal pedido

formulado naquela instância (fl. 176), sob o fundamento de que o recorrente não comprovou a alegada hipossuficiência financeira, sendo acostado aos autos, posteriormente, o preparo da apelação. No mais, constata-se que em sede de recurso especial não houve o recolhimento das custas inerente à admissibilidade da insurgência, tendo sido declarada sua deserção (fl. 287).

À vista disso, intime-se o recorrente para que, no prazo de 5 (cinco) dias, demonstre a impossibilidade de arcar com as custas processuais sem prejudicar a sua subsistência, nos termos do artigo 99, § 2º, do Código de Processo Civil; subsidiariamente, se for do interesse da parte, possibilita-se o pagamento do preparo, no respectivo prazo, para sanar o vício, em consonância com o artigo 99, § 7º, do Estatuto Processual Civil.

Contudo, apesar de o recorrente ter sido diligente em virtude da determinação, procedeu de maneira equivocada, de forma que esta Vice-Presidência novamente determinou a sua intimação, em despacho, para efetivar o devido pagamento das custas processuais esta insurgência, conforme se extrai do excerto abaixo (fls. 370/371):

Em atenção à determinação, o recorrente apresentou petição de fls. 364/367, na qual juntou um comprovante de pagamento, no valor de R\$ 186,10.

No entanto, o recolhimento ocorreu em flagrante equívoco, pois foi efetivado em face de "recurso interposto em instância inferior", qual seja, recurso especial apresentado no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, e destinado a tribunal diverso do competente para analisar a insurgência extraordinária, pois consta como ente beneficiário o Superior Tribunal de Justiça em vez do Supremo Tribunal Federal (fl. 365).

Ressalte-se que incumbe a esta Corte Superior apenas o juízo de admissibilidade do recurso extraordinário, não sendo o órgão destinatário da insurgência.

À vista disso, intime-se o recorrente para que, no prazo de 5 (cinco) dias, demonstre a impossibilidade de arcar com as custas processuais sem prejudicar a sua subsistência, nos termos do artigo 99, § 2º, do Código de Processo Civil; subsidiariamente, se for do interesse da parte, possibilita-se o pagamento do preparo, no respectivo prazo, para sanar o vício, em consonância com o artigo 99, § 7º, do Estatuto Processual Civil.

No entanto, em que pese as oportunidades conferidas por esta Vice-Presidência para a regularização formal do recurso extraordinário, a parte tão somente reiterou o pagamento em montante insuficiente, às fls. 373/376, o qual novamente foi efetivado em face de "recurso interposto em instância inferior" - apelo especial apresentado no Tribunal Estadual - e restou endereçado a tribunal diverso do competente para o conhecimento meritório da insurgência, uma vez que se atém esta Vice-Presidência, por delegação, apenas ao juízo de admissibilidade recursal.

É o relatório.

Decido.

O recurso extraordinário não comporta admissão.

Com efeito, observa-se que a insurgência foi interposta sem o devido

pagamento das custas recursais.

E, embora devidamente intimado para suprir a falta, por excepcionais duas vezes, o recorrente não o fez devidamente, recolhendo montante inferior e destinado a ente beneficiário equivocado.

Este Tribunal já consignou o entendimento que, "observando-se o procedimento legal, o requerente deve ser intimado para realizar o preparo na forma simples" e, "mantendo-se inerte, o recurso não será conhecido em virtude da deserção" (REsp 1787491/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/04/2019, DJe 12/04/2019)

Assim, o recurso não pode ser admitido porquanto deserto, nos termos do artigos 99, § 7º, e 1.007, *caput*, ambos do Código de Processo Civil.

Nesse sentido, vejam-se estes julgados:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC) - AÇÃO DE AUTOFALÊNCIA - DECISÃO MONOCRÁTICA DA LAVRA DESTE SIGNATÁRIO QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO ESPECIAL ANTE A OCORRÊNCIA DA DESERÇÃO.

IRRESIGNAÇÃO DOS CREDORES.

1. Embora o acesso à justiça consista em uma norma constitucional de eficácia plena, o legislador infraconstitucional não está tolhido de sistematizar as formas do seu exercício. Trata-se, em verdade, não da limitação dos direitos e garantias constitucionais, mas sim de verdadeira atribuição de racionalidade ao ordenamento jurídico, o qual deve sempre se pautar pela observância dos princípios da proporcionalidade, razoabilidade e segurança jurídica. Nesse contexto, levando-se em conta que a Lei 1.060/50 foi recepcionada pela Constituição Federal, mostra-se inviável o reconhecimento de que a mesma contém disposições excessivamente formalistas ao ponto de tornar impraticável o acesso à prestação jurisdicional. Precedente do Supremo Tribunal Federal.

2. A despeito de o novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015) tecer novas disposições acerca da gratuidade de justiça, no sentido da possibilidade do pedido ser formulado nos autos do próprio processo por petição simples (art. 99, § 1º), o referido diploma legal encontra-se em período de vacância (*vacatio legis*), não possuindo força normativa suficiente para afastar o consolidado entendimento desta Corte sobre a matéria.

3. Mesmo que o mérito recursal refira-se a pedido de gratuidade de justiça indeferido ou não analisado nas instâncias ordinárias, é deserto o recurso cujo processamento e julgamento é de competência do Superior Tribunal de Justiça, se não há comprovante de pagamento das custas processuais nem renovação do pedido de justiça gratuita. Precedentes da Corte Especial deste Superior Tribunal de Justiça.

4. Esta Corte Superior possui o entendimento de que a eventual concessão dos benefícios da gratuidade de justiça opera efeitos *ex nunc*, não podendo, dessa forma, retroagir à data de interposição do recurso especial. A ausência de comprovação do recolhimento do preparo no ato da interposição do recurso especial implica sua deserção. Precedentes.

5. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 783.396/MG, Rel. Ministro MARCO BUZZI,

QUARTA TURMA, julgado em 04/02/2016, DJe 17/02/2016)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CUSTAS. INSUFICIÊNCIA DO VALOR.

INTIMAÇÃO NA FORMA DO ART. 1.007, § 2º, DO CPC/2015. NÃO COMPROVAÇÃO DO CORRETO RECOLHIMENTO. DESERÇÃO. SÚMULA N. 187/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. "A insuficiência no valor do preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, implicará deserção se o recorrente, intimado na pessoa de seu advogado, não vier a supri-lo no prazo de 5 (cinco) dias" (§ 2º do art. 1.007 do CPC/2015).

2. Mesmo após intimação da parte para complementar o preparo recursal, a recorrente recolheu, no tocante às custas de digitalização, valor inferior que o devido, conforme ficou consignado pelo Tribunal local, o que atrai a aplicação da Súmula n.

187 do STJ.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt nos EDcl no AREsp 1385880/SC, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 11/11/2019, DJe 19/11/2019)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.

PREPARO. VALIDADE DA INTIMAÇÃO ELETRÔNICA. CUSTAS LOCAIS. VÍCIO NÃO SANADO APÓS INTIMAÇÃO. DESERÇÃO. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. "Nos termos do art. 5º da Lei n. 11.419/2006, as intimações poderão ser feitas por meio eletrônico, dispensando-se a publicação no órgão oficial, inclusive eletrônico. Precedentes" (AgInt no AREsp 966.400/RJ, Rel. Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, julgado em 07/02/2017, DJe 10/02/2017)

2. Na hipótese de insuficiência do recolhimento do preparo no ato da interposição do recurso, o recorrente será intimado para realizar o recolhimento, sob pena de deserção (art. 1.007, § 2º, do CPC).

3. No presente caso, intimada a complementar o preparo, a parte recorrente deixou de supri-lo, devendo ser mantida a decisão agravada.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1520429/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 05/11/2019, DJe 12/11/2019)

Ante o exposto, com fundamento no artigo 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil, **não admito o recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Vice-Presidente